

TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: PRODUÇÃO FAMILIAR E MODO DE VIDA CAMPONÊS NO SERTÃO MINEIRO

LAND, LABOR AND FAMILY: FAMILY PRODUCTION AND PEASANT WAY OF LIFE IN THE SERTÃO OF MINAS GERAIS

TIERRA, TRABAJO Y FAMILIA: PRODUCCIÓN FAMILIAR Y FORMA DE VIDA CAMPESENA EN EL SERTÃO DE MINAS GERAIS

Marcos Nicolau Santos da Silva

Universidade Federal do Maranhão, Câmpus Grajaú, Maranhão, Brasil
marcos.nicolau@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo intencionou analisar a relação entre terra, trabalho e família na constituição e reprodução social do campesinato sertanejo em Minas Gerais, considerando o modo de vida e suas práticas socioculturais. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, empregando procedimentos de descrição a partir da observação do cotidiano camponês em comunidades rurais de três municípios: Campo Azul e Japonvar, no Norte de Minas; e Minas Novas, no Alto Vale do Jequitinhonha. Utilizou-se o trabalho de campo como técnica de pesquisa e a entrevista semiestruturada foi o principal instrumento para a coleta de dados. Constatou-se que a produção familiar centra-se na alimentação da família e há a articulação com as feiras, mercados locais e outros mais distantes com o extrativismo de frutos do Cerrado, bem como o artesanato, no caso de Minas Novas. A mulher camponesa desempenha importante papel, principalmente em diversificadas atividades, o que lhe causa o sobretabalho na unidade familiar. As práticas de ajuda mútua corroboram para fortalecer as estruturas de reciprocidade e solidariedade em todas as comunidades camponesas.

Palavras-chave: Campesinato; Trabalho Familiar; Valores Camponeses; Reciprocidade.

ABSTRACT

This article intended to analyze the relationship between land, labor and family in the constitution and social reproduction of the peasantry in Minas Gerais, considering the way of life and its socio-cultural practices. The research was characterized as qualitative, employing procedures of description from the observation of the peasant everyday life in rural communities of three municipalities: Campo Azul and Japonvar, in the North of Minas Gerais; and Minas Novas, in the High Valley of the Jequitinhonha. Field work was used as a research technique and the substructure interview was the main instrument for data collection. It was found that family production focuses on the food of the family and there is the articulation with fairs, local markets and others more distant with the extractivism of Cerrado fruits, as well as handicrafts in the case of Minas Novas. The peasant woman plays an important role, especially in diverse activities, which causes her to accumulation of work in the family unit. Mutual assistance practices have contributed to strengthening the reciprocity structures and solidarity in all peasant communities.

Keywords: Peasantry; Family Labor; Peasant Values; Reciprocity.

RESUMEN

Este artículo pretende analizar la relación entre tierra, trabajo y familia en la constitución y reproducción social del campesinado en Minas Gerais, considerando el modo de vida y sus prácticas socioculturales. La investigación se caracterizó como cualitativa, empleando procedimientos de descripción de la observación del día a día campesino en comunidades rurales de tres municipios: Campo Azul y Japonvar, en el Norte de Minas Gerais; y Minas Novas, en el Alto Valle del

Jequitinhonha. El trabajo de campo fue utilizado como técnica de investigación y la entrevista subestructurada fue el instrumento principal para la registro de datos. Se constató que la producción familiar se centra en la alimentación de la familia y existe la articulación con ferias, mercados locales y otros más distantes con el extracción de los frutos del Cerrado, así como la artesanía, en el caso de las Minas Novas. La campesina desempeña un papel importante, sobre todo en diversas actividades, lo que provoca el aumento del trabajo en la unidad familiar. Las prácticas de ayuda mutua contribuyen al fortalecimiento de las estructuras de reciprocidad y solidaridad en todas las comunidades campesinas. **Palabras clave:** Campesina; Trabajo Familiar; Valores Campesinos; Reciprocidad.

INTRODUÇÃO

O campesinato instigou diversos e importantes estudos desde o século XIX, contemplando áreas como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a História, como também influenciou e sofreu influências de muitas correntes filosóficas.

Campesinato e camponês estão no centro de vários estudos. Muitos se tornaram clássicos, pelo viés da economia política, marcados pelo materialismo histórico e derivados dos estudos associados ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, particularmente na Rússia, tais como os trabalhos de Lenin, Kautsky e Chayanov. O campesinato como temática reaparece na década de 1970 e ressurgiu novamente dentro das concepções do materialismo histórico. A análise econômica do campesinato é mantida e expande-se o olhar para as relações sociais travadas, sobretudo, no embate com as forças contrárias a serviço do capitalismo: a grande propriedade, o latifúndio e o agronegócio.

A abordagem sobre o campesinato, posicionada pelo referido método, foi central ao associar o campesinato ao modo de produção. Assim, outra derivação desta perspectiva coloca e defende o campesinato enquanto classe social. Daí emanam as lutas travadas por e a partir do território. Território este forjado no interior da propriedade capitalista e latifundiária. O campesinato, nesta concepção, deve resistir às forças opressoras, as quais procuram fazer da terra o instrumento de dominação e perpetuação das relações capitalistas no campo.

Os estudos sobre esse campesinato foram cruciais e divisores de água para compreender a emergência, as lutas de classes e as condições do sujeito camponês na história do capitalismo moderno e colonial, revelados nos trabalhos clássicos e em suas releituras (WOLF, 1970; PEREIRA de QUEIROZ, 1973; MARTINS, 1981; HEYNIG, 1982; GUIMARÃES, 1989; DELPEUCH, 1989; GORENDER, 1994; OLIVEIRA, 1991; SHANIN, 2005).

Do olhar sociológico para o antropológico, o final do século XX é marcado a partir da percepção dos valores camponeses enquanto práticas culturais. O campesinato, nesse sentido, além de produzir alimentos, também produz cultura. Mais que isso, o campesinato e suas

práticas emergem como instauradores do paradigma ecológico, principalmente em virtude da crítica em oposição ao modelo de produção baseado no agronegócio e na agroindústria. Questionar o modelo de produção de alimentos fruto da revolução verde e exaltar as práticas sustentáveis da agricultura camponesa tornou-se uma emergência acadêmica.

Pensado como um conjunto holístico de práticas, crenças (simbologias) e valores (éticos, morais, espirituais, ambientais) a partir do modo de produzir a sua existência, o campesinato se conforma enquanto uma maneira de apropriação da natureza e dos recursos naturais. Para além dos aspectos materiais, o campesinato constitui-se numa combinada forma (i)material de existência.

Empenhados nesta releitura do campesinato encontram-se: Moura (1986), Woortmann & Woortmann (1997), Brandão (1981, 2004); Sevilla Guzmán e González de Molina (2005) e o próprio Shanin (2008), fazendo uma reinterpretação de seus estudos anteriores, ao defender o campesinato como um modo de vida, independente se esteja ou não engajado na luta de classes.

Mesmo reconhecendo-se a importância da corrente filosófica majoritária na interpretação do campesinato brasileiro, este artigo enveredou-se pelo caminho de analisar o campesinato mineiro, aqui denominado de campesinato sertanejo, por sua dimensão (i)material, considerando como particular o modo de conceber, perceber e apropriar-se da terra e dos recursos naturais. Soma-se a essa cosmovisão a forma de compreender as dinâmicas da natureza e as simbologias imbuídas às práticas camponesas.

O objetivo central desse artigo foi analisar a relação entre terra, trabalho e família na constituição e reprodução social do campesinato sertanejo em Minas Gerais, considerando o modo de vida e suas práticas socioculturais.

Ellen e Klaas Woortmann (1997) afirmam que a etnologia das populações ditas “primitivas” enfatiza a presença de um saber próprio que não se confunde com uma razão prática, embora conduza a resultados práticos. Para os autores, esse saber “se aproxima de um modelo cognitivo ‘holístico’, um modelo de ordenação do mundo e, nele, da natureza sobre a qual se trabalha” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 13).

Com tal inclinação, na obra “O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa”, os autores fazem uma etnografia do campesinato, buscando estabelecer os princípios lógicos e simbólicos que regem o trabalho da terra e a vida camponesa. Assim sendo, os autores criticam, de certa forma, a limitação desse tipo de análise nos estudos sobre o campesinato, em que os principais trabalhos etnológicos privilegiam os povos indígenas.

Embora, com frequência, se fale de um “conhecimento camponês”, isso não ocorreu [ou mesmo não teve tanta tradição] nos estudos sobre o campesinato.

Desde Chayanov, muitos trabalhos foram produzidos procurando desvendar a lógica econômica da produção camponesa. No entanto, o trabalho camponês, além de produzir alimentos, também produz categorias sociais, “pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 15).

Nesse sentido, procuramos apreender o campesinato sertanejo nos territórios rurais do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Tanto a produção agrícola e pecuária quanto o extrativismo produzem cultura. Assim, trabalhar a terra, a lavoura, a criação e usar os recursos naturais dos Cerrados são formas de se produzir o território camponês. Esta é uma produção *material* do território que se entrelaça com as outras maneiras de se produzir *simbolicamente* o território: a religião, os costumes e tradições, as relações de compadrio, parentesco, de solidariedade, os rituais com a lavoura e a natureza sertaneja, etc.

Quando buscamos compreender o campesinato por esse viés, material e imaterial, talvez estejamos mais próximos de entender e desvendar suas práticas e seus valores que constroem sua realidade totalizada.

Sem maiores pretensões, talvez nossa pesquisa se aproxime de uma *etnogeografia* do campesinato sertanejo, porém não segue o rigor metodológico de um trabalho etnográfico denso. Primeiro, os custos e o tempo para execução da pesquisa não permitiram um aprofundamento da realidade camponesa, pois seria necessária uma maior participação no dia a dia das famílias camponesas, desvendando as práticas e a simbólica da lavoura e do extrativismo, assim como os espaços e tempos. Segundo, a escolha de três territórios de pesquisa em municípios e mesorregiões diferentes demandou maior esforço de investigação e deslocamento que, por outro lado, foi muito positiva no sentido de nos permitir uma visão mais ampliada de realidades semelhantes e diferentes, ao mesmo tempo.

Assim, vários espaços, tempos, práticas e valores se entrecruzaram ao longo da pesquisa, mostrando-nos a diversidade e a dinâmica do campesinato sertanejo aqui e acolá, no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, cada um com suas particularidades, mas também com suas generalidades.

De origem qualitativa, a pesquisa ocorreu em três municípios do sertão mineiro. A principal técnica de pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Em Minas Novas, no Alto Vale do Jequitinhonha, selecionamos as comunidades rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da

Lagoa, localizadas na bacia hidrográfica do Rio Fanado. No município de Japonvar, mesorregião Norte de Minas Gerais, a pesquisa transcorreu na comunidade rural Cabeceiras do Mangaí, povoado Vila São Cristóvão, às margens da BR-135, distante seis quilômetros da sede urbana. No município norte-mineiro de Campo Azul, não houve a possibilidade de selecionar uma ou duas comunidades rurais, uma vez que as propriedades camponesas são distantes ou entrecortadas por grandes fazendas. Assim, partimos de pesquisas na Vila São José para outras comunidades rurais: Guarda-Mor, Olho D'água, Riacho D'antas e Riacho dos Santos. Dentre as localidades selecionadas, realizamos 15 entrevistas em cada município, totalizando 45. Não houve um parâmetro amostral a seguir. Optamos por escolher as famílias camponesas aleatoriamente, sem interferências de representantes de associações. Consideramos apenas as famílias interessadas em colaborar com a pesquisa, desde que fossem extrativistas de pequi. Realizamos visitas prévias e posterior agendamento para a realização das entrevistas.

A centralidade da pesquisa mais ampla buscava conhecer e analisar a dinâmica do extrativismo do pequi (*Caryocar brasiliensis* Camb.) nas comunidades camponesas mencionadas. No entanto, aprofundamos a análise também no cotidiano camponês, a fim de incluirmos o modo de vida na pesquisa, representado pelas relações com a terra, as práticas de produção, a diversidade de produtos da lavoura e do extrativismo e os valores camponeses. Este artigo trata desse cotidiano camponês, sem focar o trabalho com o extrativismo, o qual está disponível em outros artigos (SILVA; TUBALDINI, 2014 e 2013; SILVA, 2013).

ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A terra de trabalho e o trabalho da terra

Em 1983, Garcia Jr. publica a obra “Terra de trabalho”, um estudo sobre o trabalho familiar de pequenos produtores periféricos às margens da grande plantação canavieira de Pernambuco. Nessa obra, o autor mostra o drama desses produtores familiares que de repente veem o avanço do gado dos grandes proprietários sobre suas terras que antes cultivavam. Os camponeses, nesse contexto, estariam perdendo as *terras de trabalho*. Assim sendo, Garcia Jr. não se limita apenas a mostrar como se deu o drama social desses camponeses, ele analisa também, como através da categoria *trabalho*, a terra se transforma numa *terra de trabalho*, além do papel dos membros da família camponesa na *fecundação* da terra.

Ellen e Klaas Woortmann, em 1997, publicam a obra “O trabalho da terra”, cujo estudo enfocou as práticas com que os camponeses de Sergipe trabalhavam a terra. É um estudo que contemplou a lógica interna de organização dos espaços de cultivos com a combinação de espécies e variedades vegetais, com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza. Os autores percebem que cada coisa tem um porquê. A escolha da terra, das espécies e das sementes, da combinação entre elas, forma um conjunto de símbolos com sua própria lógica. Assim, “o significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas” (Ibid., p. 7). É dessa forma que os camponeses veem o mundo.

Aqui vamos apresentar alguns resultados do que levantamos em campo sobre a prática agrícola, pecuária, os cultivos e os significados que as orientam.

A alimentação é o principal fruto *colhido* da combinação da *terra de trabalho* e do *trabalho da terra*. A alimentação camponesa é baseada nos cultivos tradicionais produzidos no sítio mais os alimentos retirados diretamente da natureza. Estes últimos não são considerados um *trabalho*, por não desprenderem esforço dos camponeses que caracterizam o processo de trabalho (BRANDÃO, 1981). Antonio Candido (1977, p. 28) afirma: “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das ‘reações culturais’, desenvolvidas sob o estímulo das ‘necessidades básicas’”.

A alimentação, por sua vez, está inserida naquela relação em que a unidade familiar camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo. Para autores como Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979), o balanço produção-consumo está associado à relação roçado-casa. Conforme Heredia, essa relação, aparentemente uma oposição, revela e organiza toda a experiência de vida das unidades familiares, incluindo aí também a vida cotidiana, pois o roçado é o espaço de trabalho e da produção que vai alimentar a casa, e esta, além de um espaço de trabalho – sobretudo feminino – é também o lugar da vida, em sua plenitude.

O roçado é o espaço de trabalho do chefe da família (normalmente a figura masculina), este é o provedor do sustento da família. Os filhos geralmente “ajudam” o pai no trabalho da roça e as filhas “ajudam” a mãe na casa. Portanto, há o entendimento de que os filhos estão sob a autoridade dos pais (HEREDIA, 1979). A autora afirma que a atividade do pai no roçado é considerada um *trabalho* por estar ligada à produção, já a atividade da casa é um *não-trabalho*, uma vez que a casa é apenas uma unidade de consumo. Logo, o homem *trabalha* e a mulher *não trabalha* devido ao campo de atuação principal dela ser a casa. Discordamos dessa afirmação de Heredia, pois nas realidades por nós estudadas o trabalho da mulher camponesa é tão importante quanto o dos homens, principalmente em Minas Novas,

onde os maridos e filhos migram e a mulher é a responsável direta pela propriedade, além de muitas delas se dedicarem ainda ao artesanato de argila.

O trabalho da mulher, assim, é aperfeiçoado ao longo do tempo. Em um ambiente historicamente de subjugação do feminino, cabia à mulher o espaço da casa, dos afazeres domésticos. Porém, essa realidade mudou um pouco, sobretudo porque a mulher afeiçoou o seu trabalho junto da produção de alimentos, constituindo e ampliando o seu saber tradicional. Pelo viés do ecofeminismo, a cosmovisão da mulher aproxima a humanidade da natureza (NASCIMENTO; ROCHA; MENDONÇA, 2017).

É na casa onde a mãe de família é soberana, mas isso não lhe retira suas outras atribuições na roça e com as criações. A mulher é quem comanda e organiza a casa no sentido doméstico, porém é o marido quem é o chefe da família, pois tanto no roçado quanto na casa é ele o representante da família. Isso facilmente pôde ser comprovado no nosso trabalho de campo quando visitamos as famílias camponesas. Normalmente é o homem, chefe de família, quem nos recebe e para quem a conversa é direcionada, principalmente quando a família é um pouco mais velha, pois, quando o casal chefe da família é mais novo, há uma maior participação da mulher no diálogo. Às vezes, a mulher (e as filhas) nem ficam presentes na sala de visitas, e se ocorre de o marido não estar presente na propriedade, a mulher evita ao máximo as conversas e fornecer qualquer informação. Na presença ou ausência do pai, os filhos costumam estar presentes. Já nos casos em que as mulheres são viúvas ou os maridos migraram para o trabalho temporário, com os filhos mais velhos, elas assumem o papel de chefe de família para todas as decisões, como ocorreu no caso das comunidades rurais que estudamos em Minas Novas, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino. Em Campo Azul e Japonvar, os homens foram os que se identificaram como responsáveis pelas entrevistas.

O universo masculino e o feminino da família camponesa ainda hoje se apresentam bastante segmentados, os homens não entram no campo de trabalho da mulher, mas elas têm assumido cada vez mais o trabalho deles. Enquanto predominantemente o homem cuida da roça e das atividades a ela associadas, por exemplo o conserto de cercas, trato de criações (geralmente o gado bovino), retirada e coleta de lenha, fazer o carvão (no caso de Campo Azul) etc., a mulher cuida da casa, ajuda na roça, trabalha na horta, trata das pequenas criações (aves e porcos), busca a lenha, faz a farinha e outros produtos artesanais. Não podemos deixar de mencionar ainda o papel materno de cuidar e educar os filhos, principalmente quando são crianças, as quais dependem mais da mulher. Em suma, a mulher camponesa possui uma jornada de trabalho e diversidade de atividades maior dentro da propriedade, ao passo que o homem é (era) o comando, ela é a organização de toda a família.

Há uma contradição entre o discurso e a prática na divisão de tarefas da família camponesa. Quando perguntamos diretamente para os camponeses se havia alguma divisão de tarefas entre os membros da família, a maioria (mais de 80%) respondeu prontamente que não. Já quando pedimos para apontar a tarefa de cada um no seu dia a dia na propriedade, percebemos que, na maioria das vezes, há uma divisão de tarefas.

De maneira geral, as atividades dos homens camponeses são mais limitadas em detrimento da mulher, mas não significa que os homens trabalham menos. Às vezes, eles podem ter menos atividades, porém a rotina diária é, não raras vezes, mais desgastante. Resumindo, na família camponesa, cada membro executa a sua função.

Abrindo um parêntese para tratar sobre a questão da maioridade, temos visto em campo atualmente que ela não ocorre apenas com o casamento. A maioridade, atingida aos 18 anos, tem sido condição fundamental, hoje, para a independência dos filhos e das filhas da família camponesa, visto que essa é a idade com a qual eles podem ser legalmente registrados para exercerem trabalhos urbanos ou rurais. Em Minas Novas, por exemplo, diversos eram os casos de jovens que esperam ansiosamente completar 18 anos para migrarem para o corte de cana, a colheita do café ou outras atividades em São Paulo e outros estados. Em Campo Azul e Japonvar, também não é diferente, apesar de, na maioria das vezes, o foco de trabalho não ser o rural. Outra novidade de destino desses jovens é a construção civil, cujo mercado estava extremamente aquecido e carente de mão de obra no período da pesquisa.

Percebemos ainda que as famílias camponesas têm insistido com seus filhos e filhas para só saírem da propriedade após a conclusão dos estudos de nível médio, o que já aponta para a busca de novas perspectivas de trabalho além daquelas já conhecidas por muitos jovens camponeses: trabalho agrícola, doméstico, temporário ou trabalhos urbanos com menor qualificação da mão de obra.

Quando é atingida a maioridade, os filhos costumam migrar em busca de seu próprio sustento, pois continuar morando com a família pode significar tornar a unidade camponesa mais onerosa, já que é preciso buscar externamente seus próprios meios de manutenção econômica. As filhas migram menos que os homens, porém, quando ocorre, os destinos delas são as cidades, e o trabalho a ser incorporado vai depender do grau de escolaridade, sendo muito comum, pelo menos no início, exercerem trabalhos domésticos. As “moças” da família camponesa são mais concebidas ao casamento, o que também é uma estratégia semelhante à migração.

Em regiões onde há um alto índice de migração temporária – é o caso de Minas Novas –, ela se torna um fenômeno social que alimenta um ciclo de reprodução do capital, e, muitas

vezes, os filhos dos camponeses começam a migrar devido ao incentivo dos próprios pais ou irmãos mais velhos que os levam assim que atingem a maioridade para o corte de cana e a colheita do café no estado de São Paulo e no Sul de Minas Gerais. A migração dos irmãos mais velhos, dos parentes e dos vizinhos da comunidade também serve de incentivo para os mais novos que aguardam completar a maioridade. O pai camponês, geralmente já consciente das condições de vida local e por saber da falta de oportunidades de trabalho e de futuro para seus filhos, leva-os ou a eles incentiva para sua saída como uma estratégia de reprodução social e econômica da família. Como atesta Woortmann (1990, p. 26), “o assalariamento (...) possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato”.

As mulheres camponesas, cujos maridos migram temporariamente, são localmente conhecidas como “viúvas da seca” ou “viúvas de maridos vivos”.

Garcia Jr. (1983) distingue duas formas de produção na unidade familiar camponesa. O roçado seria a produção principal que vai alimentar a casa, por isso é coletivo e é de responsabilidade do pai. Já o roçadinho compreende a unidade de produção individual, é de responsabilidade dos filhos e filhas para a aquisição de algum bem de necessidade própria, a exemplo de roupas, e até na compra de um animal, como porco ou gado bovino, para gerar-lhes renda. Isso acontece porque é chegada a hora em que o pai e a mãe têm dificuldades para realizar os desejos de consumo dos filhos. Entretanto, o roçadinho não impede os filhos de ajudarem o pai a cultivar o roçado principal. O roçadinho e a criação de animais é também uma forma de acumulação prévia para o casamento dos filhos e filhas. Eles, é importante frisar, só adquirem sua independência depois das bodas, e não com a maioridade.

Outra estratégia que também deriva do roçadinho é a coleta e a venda dos frutos das árvores do terreiro, em volta da casa, que conforma outra fonte de renda para os filhos e as filhas. No território de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, foi possível verificar situação semelhante, pois a localidade situa-se às margens da rodovia BR-135, favorecendo a comercialização de frutos nativos do Cerrado ou plantados. Porém, a renda não se apresentou como uma estratégia do roçadinho, de acordo com a caracterização feita por Garcia Jr. (1983). A renda, aqui, é da família e não individual.

Quando retornávamos de Japonvar para Montes Claros, em Janeiro de 2011, encontramos e entrevistamos uma família composta por uma mãe, uma filha mais velha e um filho mais novo, comercializando o pequi a granel na mesma rodovia, já no território do município de Mirabela. As formas de coleta e comercialização do fruto eram assim organizadas: o filho mais novo ajudava a mãe coletar o pequi, esta, por sua vez, “roletava” (ou

cortava para retirar a casca) o fruto e o dinheiro da venda era dividido entre os dois. Já a filha mais velha coletava e vendia o pequi individualmente.

O roçado, ou simplesmente a “roça”, é a forma de produção comum e principal a todas as unidades familiares estudadas, mas não encontramos os roçadinhos individuais. Encontramos somente os filhos casados que moravam na propriedade dos pais e possuíam suas roças ou suas criações individuais na mesma unidade familiar, o que não se pode caracterizar como um roçadinho na acepção de Garcia Jr. (1983). No roçado, são plantados os alimentos fundamentais, a saber: feijão, o milho, a mandioca e o arroz, sendo este último produzido em menor quantidade e em poucas unidades, consoante verificamos em algumas propriedades que plantavam nos brejos (veredas), em Japonvar. Também constatamos o plantio da cana de açúcar, normalmente destinada à produção de ração para alimentar o gado na época da seca.

Em volta da casa, no espaço do quintal ou terreiro, encontramos vários plantios consorciados, principalmente frutas, café, feijão de corda, feijão andu, abóbora, chuchu, entre outros. As demais verduras e hortaliças foram encontradas na horta, espaço cuidado principalmente pelas mulheres, mas com a ajuda dos filhos e dos maridos, os quais preparam o “esterco” e montam a horta a fim de que elas preparem os canteiros e o plantio (Quadro 1). As hortas geralmente situam-se nos quintais ou próximas aos roçados, dependendo da disponibilidade de água. São nos quintais também que estão as pequenas criações, como as galinhas e os porcos. A quantidade de porcos e de gado bovino criados pelos camponeses depende muito da disponibilidade de alimento oferecido a eles. Por exemplo, o número de cabeças de gado é controlado pela quantidade de pasto disponível e, quando o número é ultrapassado e falta pasto, são vendidas algumas cabeças para não ver a criação morrer no período da seca.

QUADRO 1 – Distribuição dos cultivos agrícolas em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.

Tipo de cultivo	Período de Plantio			Período de Colheita		
	Campo Azul	Japonvar	Minas Novas	Campo Azul	Japonvar	Minas Novas
Feijão das águas	Julho	Julho Agosto	Out./Nov. Dezembro	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Jan./Fev. Março
Feijão da seca	Novembro Dezembro	Março	Março Abril	Janeiro Março	Junho	Maio Junho
Arroz	-	Outubro Novembro	-	-	Maio	-
Mandioca	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	1 a 2 anos pós-plantio	1 a 2 anos pós-plantio	1 a 2 anos pós-plantio
Milho	Novembro Dezembro	Julho Out./Nov.	Out./Nov. Dezembro	Abril Julho	Dezembro Fev./Maio	Março Maio

Cana de açúcar	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	6 meses a 1 ano	Agosto	Cerca de 1 ano
Feijão Andu ou Guandu	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	6 meses a 1 ano	Maio Julho	Fevereiro Julho
Feijão de corda ou catador	Novembro Fevereiro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	Cerca de 5 meses	Janeiro Fevereiro	Março Julho
Fava	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Maio Junho	Maio Julho	Junho
Amendoim	Novembro Janeiro	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Fevereiro Abril	Março	Fevereiro Março
Abóbora	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Abril Maio	Março Abril	Abril	3 meses
Quiabo	-	Out./Nov. Mar./Abr.	Abril Maio	-	Jan./Fev. Setembro	3 meses
Moranga	-	Outubro	-	-	3 meses pós- plantio	-
Batata	-	Outubro Novembro	-	-	Janeiro Fevereiro	-
Caxi	Abril Nov./Dez.	Outubro Novembro	-	A partir de 3 meses	Abril Maio	-
Maxixe	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Abril Maio	Janeiro Fevereiro	Abril Maio	2 a 3 meses
Melancia	Novembro Dezembro	-	Outubro	Fevereiro Março	-	Janeiro Abril

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Entrevistas. Pesquisa de campo, 2010.

No quadro, temos os alimentos produzidos pelas famílias camponesas nas roças, nos quintais e nas hortas. Dessa forma, o plantio e a colheita dos itens cultivados foram construídos a partir dos conhecimentos dos camponeses. Em geral, os cultivos dos roçados e alguns dos quintais são plantados no período de início das chuvas, no mês de outubro. Os cultivos das hortas são plantados normalmente quando finda o período chuvoso, pois o excesso de água compromete o desenvolvimento das hortaliças e verduras. Outros camponeses, para que suas hortas prosperem, somente as plantam na “Sexta-feira da Paixão” ou após o período de quaresma.

Nesse sentido, o preparo e o plantio da horta, assim como os roçados, envolvem o tempo, o espaço e os princípios extranaturais. Por isso, as hortas devem ser plantadas no período certo, após as chuvas. A escolha do espaço e dos adubos torna a terra fértil, obedecendo, é claro, a princípios em que os camponeses acreditam, pautados na religiosidade e na fé. Não é difícil encontrarmos uma cabeça de boi nas hortas, o que, segundo os camponeses, espanta o “mau olhar” da lavoura. Sendo assim, Carlos Rodrigues Brandão explica:

Entre camponeses católicos, os ciclos da vida natural, entre a floresta, os campos de pastagens, os terrenos de lavouras sazonais ou permanentes, o pomar ao redor da casa e a horta próxima à cozinha, são diversos e interligados tempos-lugares regidos pelas forças da natureza, transformados pelas forças do trabalho humano e ordenados por princípios e ritmos extranaturais que entretecem a maior parte das

atividades agropastoris de tempos, ritos e gestos ora mágicos, ora religiosos (BRANDÃO, 2007, p. 52-53).

Em todos os territórios camponeses pesquisados, o consorciamento é uma prática realizada por quase todas as famílias, em qualquer um dos espaços de cultivo: roça, quintal ou horta. A lógica de se plantar o feijão combinado com o milho é o exemplo mais clássico, também estudado por Ellen e Klaas Woortmann (1997). Os espaços do roçado de feijão são intercalados com o milho. Além de o feijão ser uma planta rasteira que enrama, ele também é colhido antes, geralmente com dois ou três meses após o plantio, o que favorece o crescimento do milho. Como o milho plantado pelos camponeses é destinado, na maioria das vezes, à alimentação dos animais, sua “quebra” é realizada quando está seco, isto é, após cinco ou seis meses do plantio.

De acordo com Woortmann & Woortmann (1997, p. 94), “o espaço é ordenado pelas características das plantas. Não devem coexistir, no mesmo espaço, duas plantas que enramam ao mesmo tempo, pois uma irá ‘empatar’ a outra”. No caso do feijão-de-arranca, como é conhecido pelos camponeses de Campo Azul, Japonvar e Minas Novas, que consiste naquele plantio “arrancado” junto com a colheita das vagens, a planta e toda a palha permanecem no roçado sobre a terra, para servir de adubo para o próximo plantio. O mesmo ocorre após a “quebra do milho”.

No território de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, onde os roçados são plantados nos brejos e não é possível a entrada do trator para arar e gradear a terra, esse processo é feito manual e com o auxílio do arado animal. Nos demais territórios, em sua maioria, todo o preparo inicial da terra é realizado com uso do trator, que, geralmente, é cedido pela associação comunitária ou prefeitura, cabendo aos camponeses pagarem apenas o aluguel pelas horas de trabalho e/ou o óleo diesel.

O feijão-de-arranca também foi assim identificado pelos camponeses de Sergipe, conforme Woortmann & Woortmann (1997). Para a mesma variedade, porém com nomenclatura popular semelhante, Galizoni (2007) fez o registro na região do Alto Jequitinhonha como “feijão-de-arranque”. Os tipos de feijão-de-arranca mais comuns identificados por nós no Norte de Minas e Jequitinhonha foram: feijão carioca ou carioquinha e feijão rosinha. Além desses, há em Minas Novas o “feijão caxi”, que também é um tipo de feijão-de-arranca, o qual é a mistura de três variedades de feijão – preto, branco e rosinha – plantados em um único roçado (Figura 1).



FIGURA 1 – Variedade de produtos da agricultura camponesa, Minas Novas.
Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Uma curiosidade interessante, ainda com relação aos feijões, é que existem duas denominações para o mesmo alimento quando é plantado em épocas do ano diferentes. Em Campo Azul e Japonvar, o chamado “feijão das águas” é plantado no mês de julho e colhido entre outubro e novembro, antes das primeiras chuvas. Já o “feijão da seca”, em Campo Azul, planta-se nas águas, novembro e dezembro, e é colhido ainda no período das águas, janeiro a março. Apesar de ser considerado ainda período de chuvas, vale lembrar que costuma ocorrer uma estiagem, conhecida como veranico no Norte de Minas. Em Japonvar, “o feijão da seca” é plantado em março, aproveitando-se as últimas chuvas, e colhido em junho (período de seca). Em Minas Novas, ao contrário, o “feijão das águas” tem o nome adequado ao tempo chuvoso da estação (verão), e o “feijão da seca” planta-se no fim das chuvas, e a colheita é na estação seca (outono-inverno), conforme pode ser observado no quadro acima.

Encontramos uma riqueza de variedades de feijão além das citadas acima: feijão de corda, catador, andu e a fava. Os plantios, raras vezes, encontravam-se nos espaços dos roçados, sendo localizados frequentemente nos quintais ou nos arredores das roças. Os feijões de corda, catador e a fava geralmente estavam “enramados” em outras plantas nos quintais. Já as pequenas árvores do feijão andu se localizavam dispersas pelos quintais, próximas às casas ou agrupadas perto dos roçados.

Além dos tipos de cultivos mencionados no quadro, uma grande variedade de cultivares utilizados na alimentação, quer seja para o consumo direto, para preparar temperos, quer seja para a venda, a troca, ou doação, foi mencionada pelos camponeses: alho, cebola, cebolinha verde, coentro, pimentas, pimentão, alface, couve, repolho, cenoura, beterraba, chuchu, tomate, ervilha, etc.

Quanto às frutas, as mais comuns encontradas nos espaços dos quintais, pomares ou hortas foram abacate, acerola, banana, manga, goiaba, mamão, limão, maracujá, cajá, caju, laranja, lima, mexerica, pinha, jabuticaba, entre outras.

Os ovos também são uma das mais importantes fontes de proteína no meio rural camponês. Sem dúvida, são encontrados e consumidos por todas as famílias, conforme se pode observar na Figura 2, junto com alguns produtos da agricultura camponesa.

As sementes são fontes que asseguram a produção camponesa de alimentos e a elas são dadas uma especial atenção. Existe uma valiosa tradição entre os camponeses em separar o alimento de consumo e as sementes que garantirão o próximo plantio. Há uma maioria de famílias camponesas que preferem guardar suas próprias sementes nos três territórios estudados. Algumas vezes, é necessário realizar a compra de sementes, no entanto, em alguns casos, quando se aproxima a época do plantio, os camponeses também adquirem gratuitamente algumas variedades de sementes, sendo mais comuns, conforme foi revelado, as sementes de milho, feijão e para hortas. Nos territórios rurais de Campo Azul, a maior parte das famílias camponesas ganha as sementes, geralmente doadas pela EMATER ou pelas associações comunitárias, embora nem sempre a quantidade seja suficiente para o plantio.



FIGURA 2 – Alimentos da agricultura camponesa em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.
Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Deve-se considerar também que a maior parte das famílias possui criação de pequenos animais e/ou grandes animais, que tanto podem ser utilizados para a própria alimentação quanto para a venda. Em alguns casos, o gado bovino costuma ter um significado de “poupança” da família camponesa. Os pequenos animais, por exemplo galinhas e porcos, são consumidos pelas famílias e ainda são vendidos nas feiras, na cidade mais próxima, entre vizinhos e feirantes. Já o gado bovino só é vendido quando há necessidade para adquirir outra mercadoria, para tratamento de saúde ou quando há risco de perder as criações em função do agravamento da seca. Os camponeses costumam semear capim¹ nas suas terras de chapadas, visto que a semente do capim se dispersa e forma áreas de pastagens, importante fonte de alimentação para as criações na seca.

A produção “para o gasto” e os valores camponeses

Uma discussão antiga diz respeito ao destino dos produtos da agricultura camponesa e ao funcionamento de sua economia. Nesse sentido, não podemos buscar entender a economia camponesa pelo viés capitalista, ela possui, inquestionavelmente, sua própria lógica e dinâmica de organização.

À medida que realizávamos as entrevistas e procurávamos saber quais eram os alimentos produzidos na unidade familiar e se o objetivo da produção era o consumo e/ou a comercialização, deparávamo-nos sempre com a mesma resposta: é “para o gasto” ou “para a despesa” da casa. Essa resposta, portanto, não significa que a produção camponesa é somente para o consumo da família, mas que este é o objetivo central.

Isso ratifica as teses de vários autores quando afirmam que a unidade familiar camponesa é unidade de produção e de consumo, e o objetivo primeiro é a satisfação de suas necessidades, pois há “organizações econômicas que são regidas por princípios diferentes dos da organização econômica capitalista” (HEREDIA, 1979, p. 153). Na unidade camponesa, o lucro não é o primeiro objetivo a ser perseguido. De acordo com Garcia Jr. (1983, p. 229), ela tem “como objetivo básico na produção a subsistência familiar, segundo normas socialmente definidas”.

A subsistência aqui não é entendida apenas como a produção do que é necessário para viver, equivalente a uma espécie de “mínimo vital” ou como uma referência exclusiva da

¹ Há um problema quando se semeia o capim *Brachiária*, porque esta variedade se desenvolve “engolindo” os capins nativos, o que ocasiona problemas para a biodiversidade dos Cerrados cujos capins são mais resistentes à seca e mantém certo teor de nutrientes mesmo secos.

categoria “mercado”. Não obstante, ela é compreendida através do conjunto entre o que a família camponesa produz- destinado ao sustento da casa- e o resultado de sua produção- voltado ao mercado-, que, por sua vez, retorna em forma de novos produtos, necessários ao consumo, ao uso e às despesas da família.

É importante frisar que a agricultura de subsistência não é aquela voltada apenas para o próprio sustento, ideia erroneamente concebida, mas é uma forma de organização cuja produção é voltada para o autoconsumo da família e para a comercialização externa. Essa ideia que pode ser inferida dos argumentos de Caio Prado Júnior (1942/1999), também vai de encontro com Wanderley (1996), que, segundo a autora, é uma experiência de envolvimento numa dupla face da atividade produtiva (integração ao mercado e garantia do consumo) que gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas, chamado pela autora de “patrimônio sociocultural” do campesinato brasileiro.

Subsistência não é um conceito limitado, historicamente colocado para interpretar e resumir a agricultura camponesa. Ela é dinâmica, pois mostra um balanço entre produção-consumo-mercado. A subsistência demonstra o porquê de a economia camponesa resistir até os nossos dias; a agricultura camponesa não é dependente do mercado, ela está à margem dele, porém ela o usa quando necessário para escoar sua produção e levar dele aquilo que não produz, tanto outros alimentos, quanto utensílios de uso doméstico, higiênico, remédios e vestuário.

A agricultura camponesa de subsistência já não é, há muito tempo, como aquela que Kautsky (1972) se referiu: “ela se bastava em si mesma”, produzia tudo que era necessário; a família camponesa consome o que produz, vende o que produz, troca com parentes e vizinhos aquilo que não produziu, dá e recebe produtos. A agricultura camponesa não só circula internamente e é fechada, como chegam a afirmar alguns críticos, principalmente da economia, que ela também se vincula externamente ao território e, por isso, é aberta. De fato, ela não atinge grandes mercados, porque sua escala de abrangência/abastecimento é mais restrita ao local mais próximo onde se produz. Tudo isso demonstra que a agricultura camponesa existe e resiste pela sua relação produção-consumo e pelas relações de solidariedade e de reciprocidade. É como disse o professor Carlos Rodrigues Brandão referindo-se à reciprocidade camponesa:

Essa ideia de que a gente pode viver uma vida inteira num lugar onde todo mundo é pobre, mas onde ninguém passa fome. E não que todo mundo produza, mas porque, tal como os índios, descobrimos maneiras de fazer com que o essencial circule entre nós sem precisar ser comprado, vendido ou acumulado. A própria acumulação é um

valor identificado historicamente com a chegada do outro (BRANDÃO, 2004, p. 126).

No campesinato, o objetivo da produção não é a acumulação. Ao ir para o mercado, ela é como uma via de mão dupla – o produto chega ao local de comercialização, é trocado por dinheiro, e depois se transforma em outro produto ou benefício que retorna para a família. É como nos ensina o ditado popular da camponesa de Minas Novas para explicar que, com o dinheiro adquirido com os produtos vendidos na feira, já volta com “outras coisas” da cidade: “corta um dedo e emenda o outro”. Dessa forma, a economia camponesa circula pela casa e pelo mercado local, consumindo, vendendo, comprando, trocando, dando e recebendo.

A produção solidária também é um exemplo para demonstrar como o essencial circula no território camponês sem precisar comprar, vender ou acumular, parafraseando Brandão (2004). A Figura 3 mostra uma horta comunitária em Cabeceiras do Mangaí, cujo espaço de cultivo foi cedido por uma das famílias camponesas mais antigas do lugar, para que seus vizinhos pudessem cultivar os alimentos. Assim, muitas famílias, cujas terras não são adequadas ao cultivo de horta, aproveitam o espaço para plantar seus alimentos. Isso assegura uma melhor alimentação das famílias camponesas, pois, mesmo os cultivos sendo individuais, a produção é solidária, o acontecer é solidário, enfim o território camponês é solidário.



FIGURA 3 – Espaço de horta comunitária em Cabeceiras do Mangaí, Japónvar.
Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Chabal (1998)² distingue troca e reciprocidade. Para o autor, a primeira se refere a uma permutação de objetos, já a segunda constitui uma relação reversível entre sujeitos. Com

² Texto traduzido na íntegra do francês e publicado por Sabourin (2009, p. 64-66). Versão original disponível em: <<http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>>. Acesso em 14 abr. 2018.

isso, a troca seria a relação prévia entre duas pessoas, com um mínimo de reciprocidade, mas subordinando esse vínculo criado pela reciprocidade ao interesse. A reciprocidade, por sua parte, pode envolver objetos e, por isso, às vezes pode ser confundida com uma troca. Segundo o autor, “a reciprocidade cria um valor ético que se torna o valor econômico de uma economia de reciprocidade”, a economia camponesa, por exemplo. Concluindo sua linha de pensamento, o autor destaca: “ao contrário da troca, que limita a relação a um salve-se-quem-puder estéril, a reciprocidade é um desafio perpétuo para enfrentar a necessidade de outrem, mas também para conservar o distanciamento necessário ao respeito da diferença com o outro” (CHABAL, 1998 apud SABOURIN, 2009, p. 66).

Conforme Sabourin (2009), a ajuda mútua forma estruturas de reciprocidade. Exemplos foram encontrados nas trocas de dia de trabalho entre os vizinhos camponeses, no sentido de formar uma força-tarefa para limpar o mato do espaço do roçado ou colher o milho e o feijão. A troca do dia de trabalho consiste em obter-se a ajuda de uma pessoa para a execução de uma tarefa e, em troca, o beneficiado se coloca à disposição para retribuir em outra atividade, sem haver a remuneração da diária de trabalho.

Dessa forma, os vizinhos camponeses se ajudam mutuamente. Outro exemplo de ajuda mútua, mas neste caso houve a troca monetária, ocorreu em Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar. Aqui, uma camponesa chefe de família, por não possuir marido e filhos com condição para o trabalho mais duro na roça, pagava a diária para outro membro da própria comunidade executar os trabalhos de limpeza do roçado. Mesmo havendo o pagamento da diária de trabalho, conforme Chabal (1998), a reciprocidade ocorreu, pois, para essas atividades, são escolhidas pessoas do grupo social mais próximo e que dispõem de menos recursos, logo não há relação de subordinação, e sim de ajuda mútua.

Em Japonvar, também presenciamos outra atividade envolvendo a reciprocidade camponesa, o “mutirão” para fazer a farinha de mandioca. Algumas pessoas de uma família camponesa solicitaram a presença de vizinhos da mesma localidade para auxiliar no processo de produção da farinha. Durante o processo de descascar a mandioca, lavá-la, triturá-la e torrar a farinha, as pessoas conversam, divertem-se e o trabalho se torna mais prazeroso. A remuneração pelo trabalho dos membros externos à família obtém-se através do produto final – a farinha.

A produção de farinha de mandioca é um importante processo, capaz de traduzir as estruturas de reciprocidade dos diversos *mundos rurais* do Brasil. Nem todas as famílias camponesas entrevistadas possuem a “casa de farinha”, porém quase todas produzem e consomem a mandioca e a farinha. Evidenciou-se que, a maior parte dos entrevistados que

produz a farinha, o destino principal é o consumo familiar. Outra opção é a comercialização, que, em geral, ocorre no próprio território rural, para vizinhos, feirantes, comerciantes locais da cidade, ou na feira, como é o caso de Minas Novas. A farinha também é produzida de forma coletiva, através de “mutirão”, meação ou outras formas de ajuda mútua. Somente em Minas Novas a produção individual supera a coletiva, pelo fato de muitas famílias possuírem suas próprias casas de farinha ou produzirem nas casas de parentes.

A reciprocidade camponesa para Ellen Woortmann (2004) também é o modo pelo qual o homem se relaciona com a natureza. Para a autora, observar apenas as relações técnicas não é suficiente para entendermos o campesinato, é a partir da relação entre o homem e a natureza que percebemos os princípios morais; princípios estes tão bem trabalhados por Klaas Woortmann (1990). Por meio dessa relação, estabelece-se o que a autora chama de “triângulo Deus, homem, terra”. Woortmann (2004, p. 133-134) destaca que “o trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral), esperando dela aquilo que ela pode e quer dar, isto é, os alimentos que ela é capaz de produzir”. Segundo a autora, existe uma espécie de diálogo do sitiante (ou camponês) com a terra, avaliando “o que a terra quer produzir”.

A autora mostra em seu trabalho uma visão “etnoecológica holística”, uma quase “humanização” da natureza. Em outras palavras, quando o homem sabe cuidar da terra, dar a ela o que precisa e deixá-la descansar quando assim necessita, ocorre uma reciprocidade positiva. Quando acontece ao contrário, há uma reciprocidade negativa, é como se a natureza “vingasse” do homem.

Assim sendo, procuramos verificar como é o uso do adubo entre as famílias camponesas estudadas. Investigamos apenas o tipo do adubo aplicado na lavoura (orgânico ou químico), não procurando saber a qualidade ou marca do produto. Em Japonvar, podemos notar a qualidade da terra onde se produz o alimento, pois, em geral, o plantio é quase todo feito apenas com uso da “vitamina” natural da terra. Os brejos de plantio em Japonvar são terras naturalmente férteis, resultantes do ciclo constante de encharcamento do terreno, o que renova os nutrientes. Além disso, os camponeses deixam as palhas e as plantas retiradas após a colheita para preparar e executar o próximo plantio, o que aumenta a fertilidade da terra.

Em Campo Azul e Minas Novas, não temos a mesma qualidade de terras de Japonvar. No entanto, os camponeses também realizam as mesmas técnicas de adubação natural e precisam, ainda, de acrescentar o adubo convencional (químico), quando necessário. Os camponeses citaram que o milho é a cultura que mais necessita do adubo químico e, às vezes, o feijão. Por conseguinte, normalmente, nos outros cultivos, não se usa adubação química.

Além da adubação, a terra necessita de “descanso”; por isso, entre 60 e 70 por cento dos entrevistados declararam deixar a terra em pousio quando esta se encontra “fraca”. O tempo de pousio variou de 6 meses (intervalo de uma colheita até o próximo plantio) a 8 anos. Nesse período, a terra pode ficar livre de qualquer tipo de cultura, onde somente há o crescimento da cobertura vegetal natural do solo, ou também pode ser plantado capim para servir de área de pastagem para o gado bovino. Nos maiores tempos de pousio, a terra costuma estar recoberta por pastagem. Portanto, o pousio não consiste somente em deixar a terra “sem uso”. O tempo de pousio sempre dependerá da disponibilidade de terra da família camponesa para a lavoura e de outras necessidades internas ao sítio.

A rotação de culturas agrícolas, associada à conservação da *terra de trabalho*, também foi outro ponto investigado em campo, sendo mais comum o emprego dessa técnica entre as famílias camponesas de Campo Azul e Minas Novas, porque, como já afirmamos, a terra dos brejos de Japonvar são mais férteis, dispensando o manejo dos cultivos.

Numa concepção cosmológica, tudo na natureza (de Deus) possui um equilíbrio – quente e frio (alimentos quentes e frios), seco e úmido (terra de não cultivo e de cultivo), forte ou fraca (lua cheia e lua minguante), gorda ou magra (alimento gordo ou magro)... A oposição aqui não possui sentido negativo, mas reflete que na natureza tudo precisa estar em equilíbrio, em perfeita harmonia. E os camponeses sabem disso, eles compreendem que, para ter boa colheita, precisam cuidar da terra; para terem água, precisam usá-la adequadamente e preservar as matas ciliares.

Moura (1986, p. 9) identifica o camponês a partir do saber, pois, para a autora, ele vive da terra e do que ela produz, plantando e colhendo. “O camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza”; tem profundo conhecimento sobre o tempo e o espaço: dinâmica das chuvas, ameaças ao cultivo, tempo de dedicação à lavoura, etc. Seu conhecimento sobre a natureza é profundo, e, por ela, também há respeito. Respeitar a natureza é respeitar a Deus e as coisas por Ele criadas. É também uma ordem moral!

Para elucidar o conhecimento camponês tratado por Margarida Moura, colocamos a Figura 4, a qual mostra uma lavoura de feijão em Cabeceiras do Mangaí. Neste caso, chamou a atenção a cabeça de boi à esquerda da lavoura e o saco plástico transparente hasteado com uma vara à direita. O primeiro símbolo é usado para a prosperidade da lavoura, pois uma cabeça de boi erguida sobre a plantação ou junto à entrada de uma propriedade significa “espanta o mau olhado”. Já o segundo símbolo tem o significado de proteger a lavoura de feijão, evitando-se o *amarelamento* da planta, caso ocorra um “eclipse” inesperadamente, nas palavras do camponês.



FIGURA 5 – Os símbolos da lavoura camponesa, Japonvar.
Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

“O campesinato como ordem moral” se expressa, destarte, para além da relação com a natureza. Como diria Brandão (2004), há uma “tradicionalidade rural que existe em nós”, oriunda da experiência de ser do homem do campo, do jeito do campo, que, de repente, nos invade. Segundo o autor, isso acontece porque temos “a visão de que, se existe um lugar não de vida de paraíso, mas de uma vida cuja ética, cuja estética, cujo modo de viver deveriam ser o nosso, deveriam se estender a todas as pessoas, seria o lugar do camponês, o homem do campo. Em todas as eras e tempos” (p. 123). Para o autor, inspirando-se em Klaas Woortmann (1990), temos aqui um *ethos* de “campesinidade”, não tomados precisamente como um modo de vida, nem se poderia generalizar ou nem mesmo afirmar que possui características universais, porém representa uma forma interior, interativa, cujas características seriam mais paradigmáticas, e que vão sofrer variações aqui, ali e acolá. O *ethos* de campesinidade estaria próximo à identidade, a valores éticos e afetivos.

De acordo com Marques (2004, p. 145), “entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra”. Para a autora, é um modo de vida tradicional, constituído por relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno de relações da família e de vínculos de solidariedade, manifestados pelo parentesco, cuja unidade social básica é a comunidade.

Partindo de um ponto de vista semelhante, Klaas Woortmann (1990), a fim de falar da “campesinidade”, defende que existem categorias culturais centrais nos estudos camponeses como terra, trabalho, família e comida (esta última acrescentada pelo autor), diferentes daquelas da lógica capitalista: terra, trabalho e capital, vinculadas estreitamente a outros

valores centrais que organizam a ética camponesa, sendo: reciprocidade, honra e hierarquia. A campesinidade seria uma qualidade comum a diferentes lugares e tempos, é “uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” (WOORTMANN, 1990, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do campesinato do sertão mineiro revelou-se dinamicamente organizada no que se refere a sua estrutura interna, configurando como um modo de vida que está centrado no balanço entre produção e consumo, com incursões ao mercado local. Identificamos que as categorias sociais terra, trabalho e família continuam centrais e atuais ao debate e à investigação do campesinato nos territórios estudados. Outras categorias estão também associadas, tais como a reciprocidade, solidariedade e hierarquia, as quais conformam a estrutura moral do campesinato.

A dinâmica interna de produção e tais relações socioculturais, principalmente aquelas vinculadas às estruturas de reciprocidade, têm servido de base que assegura a reprodução social do campesinato no Norte de Minas e no Alto Vale Jequitinhonha, sobretudo naquelas localidades rurais onde as forças de dominação do território se fazem presentes- os latifúndios e as monoculturas de eucalipto-, como evidenciamos em Minas Novas e no município de Campo Azul. O pequi, o artesanato e outras atividades são importantes estratégias que garantem renda aos camponeses sertanejos. A produção familiar, nesse sentido, revelou-se como a principal atividade agropecuária que dá sustentação à existência desse campesinato nas regiões estudadas.

Em torno da alimentação, a família camponesa se organiza socialmente. Constatamos que há uma divisão e organização de tarefas em torno das unidades familiares camponesas, mas é entre as mulheres que há o sobretabalho, uma vez que, além dos afazeres domésticos, ainda há o trato com as criações, a horta, ajuda no roçado e outras atividades. No caso das mulheres de Minas Novas, o fenômeno da migração dos maridos e filhos adultos acarreta-lhes a responsabilidade de todos os afazeres do sítio.

Do ponto de vista sociocultural, as estruturas de reciprocidade e ajuda mútua (mutirão, troca de dia de trabalho, hortas comunitárias, doação, entre outras), bem como as estratégias de solidariedade mostram a força do campesinato sertanejo, o que permite inferir que esse conjunto organizado de modos de fazer, saber e ser faz com que o essencial circule nos territórios, sem que ninguém passe fome.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, mar. 2007.

_____. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 121-131.

_____. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181 p.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977. 284 p.

CHAYANOV, A. Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELPEUCH, Bertrand. **Em defesa de uma agricultura camponesa**. Rio de Janeiro: Projeto Tecnologias Alternativas – PTA, 1989. 44 p.

GALIZONI, F. M. **A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 126 p. (Série BNB Teses e Dissertações; 10).

GARCIA Jr., A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; 8).

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994. p. 15-44.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; 7).

HEYNIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista de La CEPAL**, Chile, n. 16, p. 115-142, abr. 1982.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. 78 p. (Série Princípios).

NASCIMENTO, A. C.; ROCHA, R. G.; MENDONÇA, M. R. Movimentos contra-hegemônicos: o papel da mulher na agricultura campesina. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 214-233, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/8172>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEREIRA de QUEIROZ, M. I. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis-São Paulo: Vozes-Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. 242 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 23. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ de MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47. (Geografia em Movimento).

SILVA, M. N. S.; TUBALDINI, M. A. S. O pequi como recurso de uso comum e patrimônio cultural sertanejo. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, p. 161-182, jan./jun. 2014.

SILVA, M. N. S.; TUBALDINI, M. A. S. O ouro do Cerrado: a dinâmica do extrativismo do pequi no Norte de Minas Gerais. **Revista Geoaraguaia**, v. 3, n. 2, p. 293-317, ago./dez. 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu-MG, 1996.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 150 p.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 133-143.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília: EdUnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.